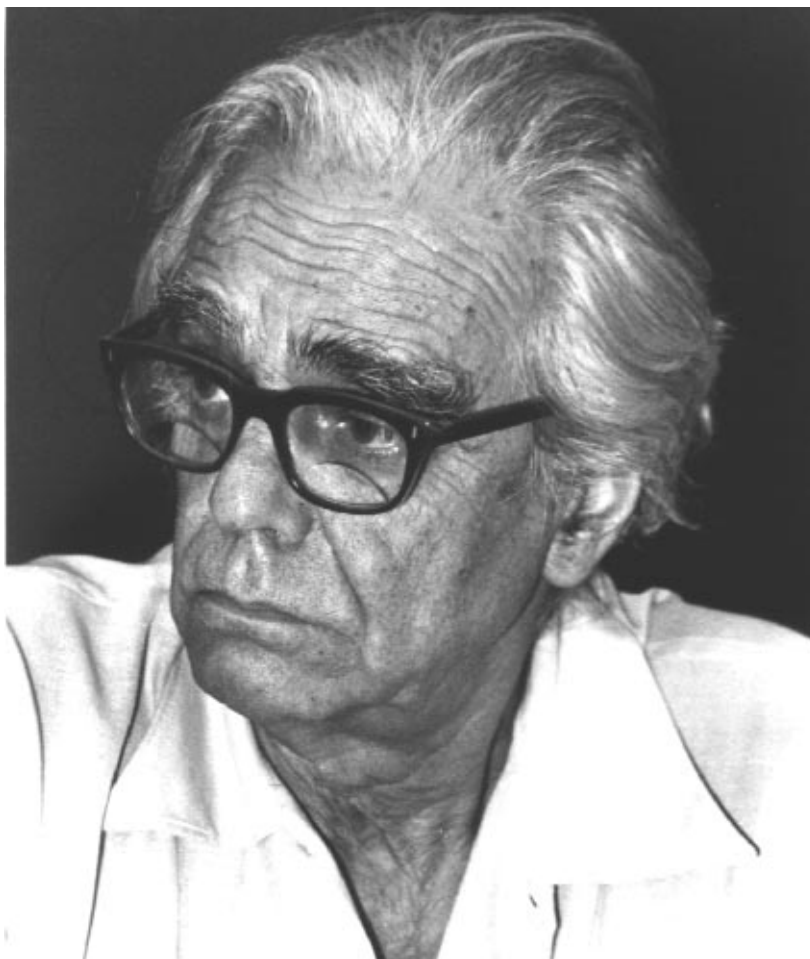


SOBRE HÓSTIAS, CÓPULAS, BISPOS E DIVORCIADOS

Ronaldo Entler

*O mês de março de 1976 está marcado na memória do povo argentino pelo golpe militar que jogou aquele país em uma das ditaduras mais sangrentas da América Latina. Cerca de 30 mil pessoas foram mortas e outras dezenas de milhares perseguidas pela repressão. Durante todo o mês de março deste ano foram realizadas atividades para lembrar as atrocidades cometidas pelos militares. Em São Paulo, promovido pela Adusp, foi realizado o debate "20 anos do golpe militar na Argentina - A questão dos desaparecidos hoje". **León Ferrari**, artista plástico que teve um filho morto pela repressão, participou do encontro e relatou a indignação do povo argentino diante do perdão concedido aos chefes militares responsáveis pelas mortes. Neste artigo, publicado originalmente em maio do ano passado na publicação Mães da Praça de Maio, León cobra uma posição do clero católico argentino, que sempre se colocou ao lado dos militares.*



Há alguns meses, o Vaticano decidiu permitir aos divorciados, em alguns casos, que, ao voltarem a se

casar possam receber a comunhão, mas desde que não copulem com seu novo parceiro.

Na Escola de Suboficiais de Mecânica da Armada (ESMA), essa mesma Igreja oferecia a eu-

caristia aos capitães-de-corveta quando eles retornavam dos vôos nos quais atiravam pessoas ao mar; caso os capelães - com o Evangelho de São Mateus em mãos - aventassem dúvidas quan-

to à necessidade de separar o joio (os desaparecidos) do trigo. Assassinato, confissão, alento pastoral, comunhão, essa era a seqüência dos atos religiosos naquela Escola, entre um e outro vôo: a matança dos desaparecidos não impedia a comunhão que a cópula do divorciado impede. Também não impediu que Pio Laghi oferecesse uma hóstia ao general Suárez Mason, numa missa na Igreja de São Patrício dos Padres Palotinos, pouco depois que vários desses padres foram assassinados pelas forças de segurança, conforme admitiu o próprio Laghi.

Como conseqüência da nota de Verbitsky, no jornal *Página/12*, sobre alguns antecedentes daquele núncio, cinco bispos saíram em sua defesa, reafirmando, além do mais, a conhecida iniciativa da Cúria e do governo para atenuar os delitos das Forças Armadas, a qual propunha a igualdade de responsabilidades aos participantes daquela guerra: uma nova face para os dois demônios.

No que ocorreu quinze anos depois do bombardeio de 16 de junho de 55 (o maior acontecimento terrorista já visto nestas terras, desde que esqueçamos, entre outras coisas, o terrorismo praticado pelos crentes que acompanharam Ulrico Schmidt naquele processo evangelizador de aborígenes), podem-se distinguir dois aspectos. O primeiro deles é o enfrentamento entre a guerrilha e as Forças Armadas (luta pessoal, bombas, atentados), quando caíam civis acidentalmente de ambos os lados, ações cujos responsáveis são os que direta ou

indiretamente delas participaram e sobre as quais todos temos o direito de opinar, de atribuir culpas, de arrependermos, de reconciliar-nos ou não. O outro aspecto a salientar são os delitos de lesa-humanidade cometidos pelos terroristas das Forças Armadas e não pela guerrilha: as mil formas de tortura a combatentes e não combatentes, adultos ou crianças, o estupro de moças seqüestradas, o roubo de crianças que os ladrões continuam retendo, os desaparecidos; a guerrilha não fez desaparecer ninguém, não jogou gente no mar, não roubou crianças, não torturou.

Entre as responsabilidades da guerrilha não se incluem os crimes alheios, crimes que a Igreja avalizou acompanhando seus autores no governo, pedindo a lei do esquecimento quando se iniciavam os julgamentos, exigindo perdão quando foram condenados, visitando-os na prisão de Magdalena quando foram encarcerados e compartilhando com eles festas e missas logo após terem alcançado o indulto.

Esses bispos continuam empenhados em conseguir um novo esquecimento, um novo indulto, uma espécie de absolvição moral para os absolvidos pela Justiça, exigindo o arrependimento de todos os argentinos, o perdão e a reconciliação (poderão os bispos, antes disso, dar-nos o exemplo reconciliando-se eles com os divorciados e suas cópulas?) como condição prévia para conhecer a verdade. Tal colocação faz com que os bispos continuem prestando ajuda aos delinqüentes: lutam

para que a necessária verdade seja tão inatingível quanto a desnecessária reconciliação entre vítimas sem justiça e vitimários indultados.

Em lugar de esconder sua cumplicidade com os torturadores procurando culpas nos torturados, a Igreja deve tratar de lavar as suas revelando aquilo que oculta, aquilo que cardeais e monsenhores souberam em seus encontros com generais e almirantes na Cúria, na Casa Rosada e na Nunciatura, e aquilo que vigários e capelães viram e ouviram nos 325 centros de seqüestro, e cujo pessoal foi por eles alentado espiritualmente.

Se não querem remexer nas feridas do passado (eles revolvem as de Jesus há dois mil anos, causando a morte de milhões de judeus), devem ao menos divulgar as listas dos sacerdotes e purpurados que entraram naqueles centros, seus endereços e telefones, para que possam ser interrogados sobre essa verdade que tanto temem.

Não pode haver reconciliação com aqueles que garantiam ser a reserva de honra e de valor da Nação, transformados agora em portadores escondidos de uma vergonhosa covardia: ontem, mataram e torturaram mulheres e crianças; hoje, não se atrevem a confessar, fora do confessionário, sobre como, quando e onde o fizeram. A Igreja continua ao lado deles.

Tradução: Graciela Foglia e Leonardo Chianca

Ensaio

O jornal argentino Página/12 publicou, no ano passado, uma série de fascículos com ilustrações de artistas argentinos retratando os 20 anos da ditadura militar e a relação dos mortos e desaparecidos. O trabalho do artista plástico León Ferrari concentrou-se no apoio do clero católico aos militares. Nestas duas páginas reproduzimos parte do material produzido por León.

